

Mutirão pelo ajuste fiscal

Economia Brasil

■ Antônio Carlos Magalhães e Michel Temer se comprometeram com FH a acelerar votações

FABIANO LANA

BRASÍLIA – O Congresso Nacional fará um mutirão para votar, o mais breve possível, as medidas de ajuste fiscal. Depois de reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da Câmara, Michel Temer (PMDB-DP), anunciaram o calendário para as próximas semanas de convocação extraordinária, que termina no dia 31. Os presidentes das duas Casas afirmaram que, se for necessário, o Congresso realizará sessões nos fins de semana. Se essa providência ainda não for suficiente para concluir as votações do ajuste fiscal, o Congresso será convocado extraordinariamente, outra vez, entre os dias 1º e 15 de fevereiro.

Esforço – De acordo com o calendário acertado entre os presidentes do Senado e da Câmara com Fernan-

do Henrique, o esforço concentrado começa hoje com a votação, na Câmara dos Deputados, do pedido de urgência para o projeto de lei que determina a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e aumento na contribuição dos servidores ativos. No Senado será votado o segundo turno da Emenda Constitucional que aumenta as alíquotas da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF).

Aprovada a urgência na questão da contribuição previdenciária, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), pretende levar o projeto de lei ao plenário amanhã. Caso seja aprovado, o projeto será remetido ao Senado e votado ainda na Convocação Extraordinária. O Senador Antônio Carlos Magalhães também pretende enviar esta semana para a Câmara a Emenda Constitucional que aumenta as alíquotas do CPMF de 0,20% para 0,34%. Na convocação, o

Congresso também poderá votar o novo orçamento da União, já com cortes introduzidos pelo governo.

Reunião – Hoje, às 11 horas, o deputado Michel Temer vai reunir todos os líderes partidários para tentar acelerar a votação das medidas. Em entrevista coletiva no Planalto, depois da reunião com Fernando Henrique, o deputado lembrou que o Congresso tem agido rápido na aprovação do ajuste. “Na semana passada aprovamos a urgência para três projetos de Lei que regulamentam a reforma administrativa”, disse.

Para o deputado, o projeto de contribuição dos servidores, desta vez, será aprovado, apesar de a medida já ter sido rejeitada quatro vezes pela Câmara. “A questão dos inativos já teve suas resistências no passado. Creio eu que elas serão vencidas. Não apenas porque está havendo a tentativa de uma substancial modificação no projeto original, portanto,

entregando à sociedade aquilo que a sociedade pode suportar. E, de outro lado, o momento atual é de preocupação, ainda que passageira, e revela que os senhores parlamentares darão uma resposta afirmativa a este projeto”, afirmou o deputado.

Inativos – Sobre a cobrança da contribuição dos inativos, o presidente Fernando Henrique reafirmou que o equilíbrio das contas da Previdência é fundamental para o ajuste fiscal. Ele lembrou que do custo de R\$ 21 bilhões da Previdência, os funcionários públicos contribuem com apenas R\$ 2 bilhões e os outros R\$ 19 bilhões são custeados pela sociedade. “Por isso, desde que se façam as devidas cautelas, um projeto novo, que tome em consideração categorias especiais e ganhos diferenciados dos funcionários, é justo que se cobre desses servidores que são mais beneficiados. Essa é a base moral pela qual estamos pedindo para que se aprove a taxa extra”.